Lewandowski pede vista sobre prisão após condenação pelo Júri

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, pediu vista no julgamento do recurso que discute a constitucionalidade de execução imediata de condenações impostas pelo Tribunal do Júri.

Nelson Jr. / SCO STF

STF analisa no Plenário Virtual execução da pena após condenação do Tribunal do Júri
Nelson Jr. / SCO STF

O julgamento, que acontece no Plenário Virtual da corte, havia começado na última sexta-feira (24/4). O relator, ministro Luís Roberto Barroso, propôs a seguinte tese: "A soberania dos veredictos do Tribunal do Júri autoriza a imediata execução de condenação imposta pelo corpo de jurados, independentemente do total da pena aplicada".

Até o momento, seu voto foi seguido pelo presidente do STF, ministro Dias Toffoli. A divergência foi aberta pelo ministro Gilmar Mendes.

Na última semana, o procurador-geral da República, Augusto Aras, enviou um memorial aos ministros em que defende o cumprimento imediato da pena aplicada pelo Júri. Aras é contra a aplicação no Júri do recente entendimento fixado pelo STF, que derrubou execução antecipada da pena.

Repercussão geral
A matéria teve repercussão geral reconhecida em outubro pelo plenário virtual da Corte. Barroso entendeu que o tema trata da soberania do veredicto do Tribunal do Júri, além da presunção de inocência e dignidade da pessoa humana.

O processo chegou ao Supremo depois que o Superior Tribunal de Justiça negou a prisão de um homem condenado a 26 anos de prisão pelo Júri.

Ele foi condenado pelos crimes de feminicídio duplamente qualificado e posse irregular de arma de fogo. Com a negativa do STJ, o Ministério Público de Santa Catarina impetrou recurso pedindo a execução imediata da pena.

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

RE 1.235.340

Date Created
27/04/2020

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.